

TESTEMUNHOS

UM ROMANCE INVULGAR

por MÁRIO DIONÍSIO

Q UEM viu nos primeiros escritos de Cardoso Pires (disso me orgulho) que estava ali um escritor, não um autor de livros interessantes, que vale a pena ler, mas um escritor, com tudo o que a palavra implica, não se terá surpreendido muito com o amadurecimento de estilo e de visão — não há um sem outro — que cada um dos seus livros foi revelando. Mais surpresa terá causado o ter-se libertado totalmente de certas influências estranhas, nomeadamente americanas, que inicialmente embaraçavam o encontro da sua voz autêntica, que, como se viu, era bem outra do que primeiro se diria: uma voz que se timbrou no convívio dos autores portugueses e muito particularmente no da expressão oral popular. Seriedade em tudo o que toca ao ofício, reflexão sobre a experiência e ouvido atento à crítica — humildade salutar de que nem todos podem orgulhar-se — operaram o milagre, que, como sempre nestes casos (de talento), quer dizer devagar-que-tenho-pressa, trabalho, cultura (reflexão sobre a experiência própria e alheia), persistência. Confrontar Os Caminheiros e Outros Contos e Histórias de Amor com Jogos de Azar explica tudo. Explica um ensaio tão original e inesperado como Cartilha do Marialva ou esse romance notável que se chama O Hóspede de Job.

E, com tudo isso, eu não esperava (ou não esperava ainda) este O Delfim, que, de escritor assente e aceite, tornou o seu autor um romancista português indiscutível, sublinhando, como vêm, o adjectivo «português», mas não restritivamente. Que se tenha podido alcançar tal mestria no domínio da língua e na construção narrativa, após uma obra relativamente curta, não é coisa que se deva deixar sem registo especial. E especialmente sublinhável quando se compara a primeira edição dum livro que particularmente aprecio, O Anjo Ancorado, de 1958, com esta escrita conduzida sem falhas, sóbria, exacta do princípio ao fim, de 1968. Dez anos são coisa pouca no mundo da oficina. O ritmo lento, a fingir de pesado quando é preciso e logo desfazendo a própria solenidade de circunstância com a auto-ironia a tempo («e aqui baixar o tom de voz»...), a economia de processos com que se põe de pé uma personagem central ou secundária, a simulação da realidade com citações de textos tão hábilmente mentirosos que se jurariam verdadeiros (jeito camiliano que já vem nas notas de fim de página do Anjo Ancorado), a avalanche de ditados, autênticos ou inventados mas sempre certos, a

discreta intromissão poética — da lagoa e seu mundo ou da própria expressão («primaveras de sabão amarelo») — põem-nos em presença duma autêntica síntese de tudo o que Cardoso Pires tem vindo lentamente elaborando, escolhendo, evitando, refazendo desde quando ainda se não tinha descoberto inteiramente. E definem a família a que afinal pertence e que talvez se possa estabelecer assim: Camilo, Aquilino, Carlos de Oliveira (entre outros, naturalmente), de nenhum dos quais directamente é filho, mas descendente que enriqueça a herança.

Se isto é verdade, porém, no que toca à língua, quanto à linguagem outra novidade há, e decisiva, que consiste na substituição do estilo sobretudo linear de narração pela adesão a modernos processos de corte, retrocesso, saltos no tempo e no espaço (transição do capítulo III para o IV, por ex.), assimilados tão de dentro que, em muitos casos, o leitor menos atento talvez não dê por eles.

A primeira leitura de O Delfim não nos deixa meditar, tão depressa nos empurra pelas páginas fora. A segunda conduz-nos à palavra justa: obra-prima.

Mas se Cardoso Pires (o eterno mas...) atinge neste livro o ponto máximo do que até hoje escreveu, atinge nele também o ponto mais perigoso da sua obra. Que é o da segurança dum ofício que parece tender para fechar-se na sedução de si mesmo.

De onde vem O Delfim? De tudo o que o autor antes escrevera. Especialmente, ou mais directamente, da Cartilha do Marialva, como tema mais vasto na esteira de um mestre que não esqueceu: Roger Vaillant — atenção ao século XVIII) e de O Anjo Ancorado, como atitude de abordagem, inspirada em situações concretas nacionais, que mostra bem quanto o mestre mais não fez que ajudar a estruturar problemas já decerto latentes no autor. A crítica do marialva e da sociedade que o produz e alimenta (Cartilha) continua, agora de dentro, no plano da criação.

Mas quem é este «Autor instalado numa janela de pensão de caçadores», debruçado sobre um «território intocável em nome da lenda e do costume», onde reinou e reina esse Tomás Manuel, que é nem mais nem menos do que um desses «alguns infantes da lavoura que gastam a maior parte da vida nas grandes capitais», de que se fala em O Anjo Ancorado? Eu diria que esse «Autor» é o próprio João do mesmo O Anjo Ancorado, feito escritor

dez anos depois. O mesmo homem do Talbot vermelho, que censurava os «infantes da lavoura» com «uma pontinha de desdém até por ele próprio» e sentiria o à-vontade com que os criticava «em parte pelo descuido que dá a segurança, e muito principalmente por cansaço, por desencanto».

A perspectiva crítica não desapareceu em O Delfim. Mas restringe-se muito, quando não se interrompe mesmo, sob a influência do que talvez possa chamar-se nostalgia dum mundo que se reprova, mas cujo desaparecimento lá no mais fundo se lamenta sem que se dê conta disso. «Sozinho no meu posto sobre a aldeia, sinto-me como um observador de gabinete que reconstitui um condado desaparecido», diz de si mesmo o «Autor», que não é forçosamente o autor do livro. Mas esse condado desaparecido ou em vias de desaparecer (contribuir para isso será, seria, a intenção última do romance) está embebido de tal encantamento, tão sedutor é esse mundo da caça e da violência, do álcool, superstições, «machismo», que nos faz evocar o que o próprio Cardoso Pires escreveu, na Cartilha do Marialva, sobre Vaillant, «esse revolucionário senhorial, que se apaixona «pelo pequeno estado (feudal) de Dom Cesare (La Loi)», «elabora a narrativa testamentária do libertino que se desiludiu (Les Mauvais Coups), se exercita numa liberdade gratuita de palácio (La Fête)». Uma costela de marialva trava o passo ao libertino desiludido ou fatigado. O próprio «Autor» se refere com ironia ao «romancista cidadão» (p. 45), embora venha a escrever como ele (p. 54). O que seria — se quisermos exagerar um pouco — uma espécie de vingança do D. Francisco Manuel de Melo, tão argutamente analisado na Cartilha.

Eis porque este excelente romance, mais do que um livro que se abre para, me parece um livro que fecha um ciclo, encerrado na sua própria e invejável perfeição.

Estamos, com efeito, nos antipodas do «grau zero» de quem Barthes fala, como previsão duma escrita que, recomeçando tudo, volte enfim a dizer o que uma longa tradição explorada em todas as possibilidades — se acaso o está — mais impede de dizer do que efectivamente diz o que teria a dizer.

Mas Barthes pode não ter (absolutamente) razão. E é essa a grande esperança que me anima em face dum prodígio exemplarmente tradicional como O Delfim.